

Entre o risco e o bordado: trajetória e memórias de mulheres e/immigrantes madeirenses (São Paulo, décadas de 1950-1960)¹

Between risk and embroidery: Trajectory and memories of Madeiran immigrant women (São Paulo, 1950s and 1960s)

Maria Izilda S. de Matos²
mismatos@pucsp.br

Nelly de Freitas²
nellydefreitas@hotmail.com

Resumo: Desde o final do século XX, pesquisadores mostraram que, no caso dos deslocamentos portugueses para o Brasil, não houve um único padrão e que a proporção entre homens e mulheres apresentava especificidades quando observada regionalmente. Se a emigração de Portugal continental contou com uma presença masculina superior à feminina, aquela dos arquipélagos dos Açores e da Madeira apresentou um maior equilíbrio entre os gêneros. Considerando esse contexto historiográfico, este trabalho pretende ser uma contribuição ao conhecimento da presença das imigrantes da Ilha da Madeira. Portanto, baseando-nos em um projeto de história oral sobre os imigrantes oriundos do arquipélago português da Madeira chegados a São Paulo nas décadas de 1950 e 1960 e que mantêm vínculos com a associação Casa Ilha da Madeira de São Paulo, busca-se dar ênfase às vozes das mulheres imigrantes madeirenses rastreando suas experiências, seus papéis no processo migratório e suas ações como guardiãs da memória.

Palavras-chave: imigração madeirense, mulheres, memória.

Abstract: Since the late 20th century researchers have demonstrated that the ratio between men and women in Portuguese migration flows to Brazil did not follow a single model and that, when we observe it by regions of the country, it had specific characteristics. While male Portuguese emigrants from the Mainland have outnumbered female ones, in the case of the archipelagos of Azores and Madeira there was a gender balance. Taking into consideration the historiographical context, this paper intends to contribute to our knowledge about the presence of the immigrants from the archipelago of Madeira. Based on a broader Oral History project on the Madeiran immigrants who arrived in São Paulo during the 1950s and the 1960s and who are still associated to the *Casa Ilha da Madeira*, our goal is to hear the voices of female immigrants from Madeira by highlighting their experiences, the roles they played in the migratory process and their initiatives as keepers of memory.

Keywords: Madeiran immigration, women, memory.

¹ Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e CNPq.

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Rua Monte Alegre, 984, Perdizes, 05014-901, São Paulo, SP, Brasil.

Introdução

Desafios historiográficos: presenças madeirenses e femininas

Desde as últimas décadas do século XX que a historiografia relativiza a ideia enraizada de que “o migrante português típico” (Sharpe, 2001, p. 5) seria um homem jovem, solteiro e que se deslocava por razões econômicas (Hoerder e Kaur, 2013). Se os deslocamentos portugueses para São Paulo foram a princípio prioritariamente masculinos, o contingente feminino cresceu de forma gradativa, podendo-se verificar um aumento no número de mulheres casadas com a ampliação da emigração familiar. Assim, na primeira década do século XX, a porcentagem de mulheres era de cerca de 20% do total de entradas (Anuário Demográfico, ano de 1886 e Movimento da População, anos de 1887, 1888, 1889, 1890, 1891-1893, 1894-1896 e 1901) e já no início da segunda década oscilava entre 35% e 40% (Matos, 2009, p. 4; Ferreira, 2010, p. 147-148).

Essa proporção é ainda maior quando observada regionalmente, e os deslocamentos dos arquipélagos dos Açores e da Madeira apresentaram um maior equilíbrio entre os gêneros; tendo como base o ano de 1860, quando a emigração familiar de Portugal continental foi de apenas 20%, nos espaços insulares esta atingia 60% (Leite, 2001, p. 176). Essa tendência persistiu nos anos seguintes, e, em 1890, emigraram do Continente 100 mulheres para cada 428 homens, já das Ilhas eram 100 mulheres para cada 114 homens (Leite e Câmara, 2010, p. 107). Entre 1886 e 1899, as saídas da Madeira para São Paulo foram marcadamente familiares, com uma presença feminina de 46% do total (Freitas, 2014, p. 415). Se, entre 1920 e 1950, a presença das mulheres no movimento migratório sofreu refluxo, limitando-se a um quinto da masculina, a partir dos anos 1950, período priorizado nesta pesquisa, a taxa feminina cresceu, chegando a 25,4% (Oliveira, 2013, p. 129-130).

Contudo, cabe destacar que não houve um único padrão de deslocamento: muitos e/ou imigrantes eram chefes de família e vieram antes de seus familiares, que ficaram aguardando pela reunificação de todos; outros chegaram ainda crianças ou jovens, com ou sem a família nuclear; em outros casos, a família veio junta, mas alguns deles não permaneceram unidos no novo contexto, gerando toda uma complexidade de situações vivenciadas. Ponderando a multiplicidade dessas experiências históricas, a pesquisa se propõe dar visibilidade à presença madeirense (Corte, 2002, p. 103; Vieira, 2008; Freitas, 2014)³, focalizando

particularmente as mulheres e abordando suas ações cotidianas, de trabalho, manifestações culturais, práticas associativas e memórias.

A imigração portuguesa constitui “o resultado histórico de um encontro entre o sonho individual e uma atitude coletiva” (Pereira, 2002, p. 9). Essas palavras sintetizam a importância das histórias de vida para entender o conjunto de experiências e transformações sociais. Para tanto, valorizando as trajetórias femininas a partir da construção de uma documentação oral, a pesquisa se centrou no campo da História Oral, priorizando os madeirenses chegados a São Paulo nas décadas de 1950 e 1960 e que mantêm vínculos com a Casa Ilha da Madeira de São Paulo e verticalizando a análise em três entrevistas de mulheres. Através dessas histórias buscou-se questionar as experiências migratórias e as ações dessas mulheres como guardiãs das tradições e da memória (Halbwachs, 2002; Nogueira, 2001).

Presença portuguesa no Brasil e em São Paulo

Nas décadas de 1950 e 1960, Portugal era caracterizado pelo conservadorismo e autoritarismo do governo salazarista, que, entre outras ações, impôs esforços de guerra para preservar as colônias em África, gerando tensões políticas, econômicas e sociais. Tal contexto de dificuldades se encontrava referendado nos relatórios de atividades enviados pelos cônsules brasileiros na Madeira e que, em várias ocasiões, relatavam ser a corrente emigratória “a principal atividade desta repartição consular” (AIRJ, 1953).

As dificuldades econômicas enfrentadas pelos madeirenses foram consideradas pela historiografia como o mote central para o processo de emigração; contudo, cabe ressaltar que as saídas devem ser analisadas além dos condicionamentos demográfico-econômicos e de mecanismos impessoais do *push-pull*. Esses processos superaram os limites das necessidades estritamente econômicas, agregando questões políticas, culturais, geracionais e de gênero.

Assim sendo, pode-se observar que os madeirenses emigravam por vários motivos, como: poucas oportunidades de trabalho, ganhos baixos e problemas de subsistência, tipo de propriedade e sua exploração, somados à infertilidade, improdutividade das terras, ao atraso tecnológico, intempéries e flagelos, fugas ao recrutamento militar, desigualdades sociais e populacionais; também se fizeram presente nestes processos os desejos de “fazer a América”, a busca por melhores condições de vida e realização de sonhos.

³ Sobre a dos açorianos, consultar: Matos e Angelo (2008); Angelo (2015) e Rodrigues e Rocha (2008).

Dessa forma, mesmo em período de estabilidade econômica, a emigração permaneceu constante, instituindo-se como tradição (Baganha, 2009; Corti, 2007), gerando expectativas planejadas e encorajadas, que foram alimentadas por redes migratórias⁴ que viabilizaram as saídas tanto para homens como para mulheres (Cardoso, 1968; Ribeiro, 1985; Vieira, 1990; Matos e Silveira e Sousa, 2008; Leite e Câmara, 2010).

Entre 1951 e 1963, o Brasil recebeu 295.801 portugueses (38,3% do total da imigração)⁵, e mais de 134.000 destinaram-se a São Paulo (Levy, 1974, p. 41; Freitas, 2006, p. 41). As dificuldades econômicas, a falta de perspectivas e as questões das guerras em África, que marcaram o período de 1950 a 1965, dinamizaram as saídas. Na Madeira elas atingiram 71.068 pessoas, das quais 28.572 vieram para o Brasil, numa média de 1.785 por ano, sendo o período 1952-1954 o de maior atração: só em 1952 foram 5.075 emigrantes. De 1954 a 1963, o Brasil permaneceu como um destino privilegiado, sendo escolhido por 33,5% dos madeirenses que emigravam, entre os quais era significativa a presença feminina (Cardoso, 1968, p. 14; Oliveira, 2013, p. 127-129).

Espalhados por todo o território brasileiro, os lusitanos concentravam-se nos núcleos urbanos; depois do Rio de Janeiro, São Paulo era a cidade de maior presença de portugueses, tornando-se um polo de atração, devido às perspectivas geradas pelo seu desenvolvimento urbano e industrial, que possibilitava trabalho e novas oportunidades (Matos, 2002).

Na conjuntura dos anos 1950, intensificou-se o fluxo de e/imigrantes portugueses para o Brasil, particularmente depois da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta (1953), que também permitiu a expansão das ações comerciais e financeiras entre os dois países. Muitos vieram em busca de novas oportunidades profissionais, outros escapando das dificuldades da vida no campo, do serviço militar obrigatório e também fugindo das tensões/perseguições políticas.

Os madeirenses chegavam a São Paulo espontaneamente, e vinham mediante ‘carta de chamada’⁶.

Na cidade se estabeleceram principalmente no Imirim e bairros próximos ao Horto Florestal (Zona Norte) e em Santo Amaro (Zona Sul). Nestes territórios, a presença dos madeirenses se manteve através dos tempos, podendo ser ainda localizados na Zona Norte através da sede da Casa Ilha da Madeira de São Paulo. Nessa mesma região moram as e/imigrantes madeirenses Clara, Rita e Maria⁷, cujas entrevistas possibilitaram questionamentos sobre as experiências femininas nos processos de deslocamento (Bosi, 1979; Portelli, 1997, p. 15-16, 2004; Thompson, 2002; Alberti, 2003, 2005; Amado e Ferreira, 2005; Pollock, 1989, 1992).

Da Madeira para São Paulo: Clara, Rita e Maria (trabalhos, bordados e sabores)

Nas décadas de 1950 e 1960, como muitos outros, Clara⁸, Rita⁹ e Maria¹⁰ partiram da Madeira, vindo através de redes, com cartas de chamadas de parentes já instalados no Brasil. Entretanto, o contexto de emigração de cada uma delas foi distinto. Clara veio em 1950, num esforço de reunificação familiar; reencontrou-se com o esposo já instalado em São Paulo, estando grávida e acompanhada da filha de 2 anos. Já Rita chegou em 1957, com 9 anos, vindo juntamente com os pais; com carta de chamada de uma tia, aportou no Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1960, transferindo-se posteriormente para São Paulo. Em 1969, dez anos mais tarde, Maria, em companhia do esposo e filhos, deixou a Madeira, após a chamada do seu pai, que já morava em São Paulo com a mãe e um irmão.

As memórias destas mulheres se mantêm plenas de emoção. Clara relatou o receio durante a viagem de não localizar ninguém no desembarque e a felicidade de reencontrar o marido no porto de Santos (“eu cheguei lá e eu vi o meu marido, fiquei feliz e fui embora com ele”). Maria rememorou com mágoa a exploração pela família de patrícios na chácara de Mairiporã. Rita comentou suas experiências no Rio de Janeiro e em São Paulo.

⁴ A categoria rede de e/imigração incorpora tanto as ações familiares e comunitárias como as estruturas impessoais de informação, difusão e apoio, articulando-se a noção de cadeia proposta por Truzzi (2008, p. 199-218) e Devoto (1988).

⁵ Grande parte desses indivíduos eram originários do Norte de Portugal, entretanto, os insulares (Madeira e Açores), ponderando-se as dimensões relativas de população, representaram uma importante e singular parte e trouxeram às terras paulistas contribuições culturais significativas, o que justifica um foco particular de análise.

⁶ São missivas enviadas aos parentes e amigos com o objetivo de “garantir a quem queria partir a existência de acomodação e/ou emprego no local de destino [...] sendo anexadas ao processo de pedido de passaporte como garantia de sucesso na passagem. No caso da emigração feminina constituíam, até 1921, um elemento indispensável, sem a qual era quase impossível partir” (Villas Bôas e Padilla, 2007, p. 125; Silva, 2007). A obrigatoriedade de sua apresentação no porto de chegada no Brasil foi regulamentada pelo Decreto brasileiro n° 9081 de 3 de novembro de 1911.

⁷ Não se dará o nome completo das entrevistadas porque se considera que interessa “a definição do grupo em que o indivíduo se insere e, em menor medida, sua identidade” (Lang *et al.*, 1998, p. 20).

⁸ Clara, 89 anos, entrevistada pela autora em 13 de março de 2015. Nasceu no sítio da Ribeirinha, freguesia da Camacha (Madeira) em 8 de outubro de 1926. Chegou a Santos em 1950, grávida e com uma filha de 2 anos para reencontrar o esposo. Em São Paulo bordou e ajudou no balcão do bar comprado pelo esposo.

⁹ Rita, 68 anos, entrevistada pela autora em 23 de março de 2015. Nasceu na freguesia da Sé (Funchal-Madeira) em 10 de outubro de 1947. Em 1957, chegou ao Rio de Janeiro com o pai e a mãe, e, em 1960, instalaram-se em São Paulo. Casou com um imigrante madeirense e trabalhou com ele no bar comprado pelo esposo.

¹⁰ Maria, 79 anos, entrevistada pela autora em 3 e 26 de maio de 2015. Nasceu no sítio do Lombo do Curral, freguesia de Santana (Madeira) em 23 de agosto de 1936. Veio para São Paulo com o esposo e os filhos em 1969. Após ter cuidado de uma fazenda em Mairiporã e trabalhado na cozinha do bar do pai e dos irmãos, comprou um bar onde atua até hoje.



Figura 1. Bordados da Ilha da Madeira.
Figure 1. Embroidery of Madeira Island.

No conjunto, esses depoimentos permitem questionamentos sobre as experiências femininas no processo migratório.

Da ilha natal, todas se lembraram da escola, que “era o dia inteiro”, apesar de não terem estudado por muito tempo, pois somente cursaram o ensino primário. Elas rememoram a vida cotidiana marcada pelo trabalho árduo centrado nas atividades rurais, que envolvia todos os membros da família, inclusive as crianças – começavam a ajudar os pais a partir dos 6 anos (Leite e Câmara, 2010, p. 30; Ribeiro, 1985, p. 113) –, que realizavam funções antes ou depois da escola e que poderiam ser intensificadas conforme a época do ano (colheita) ou as necessidades da

família. Com efeito, Clara relatou que “levantava cedo, fazia todo o serviço e arrumava a mala da escola, fazia um lanche”. Maria lembrou que faltava na escola para ajudar na propriedade:

Ia duas, três vezes por semana. Os outros dias eu ficava em casa para ajudar na fazenda, o meu pai falava ‘olha, amanhã não vai dar ir na escola porque tem isso para fazer, tem aquilo para fazer’. O tanto é que depois eu saí da escola, com 15, 14 anos talvez e aí voltei depois de 17 anos, voltei para fazer o terceiro ano de primário (Maria, 2015, entrevista).

As famílias cultivavam para sua própria subsistência; as propriedades foram descritas como tendo muitas frutas e legumes, e também criavam animais como porcos, cabras, ovelhas, vacas. Os relatos corroboram as informações sobre a predominância da agricultura na economia do arquipélago; somente a partir dos anos 1960, pouco a pouco, a renda do campo deixou de ser a principal fonte econômica. O excedente do produzido pela família podia ser comercializado, sendo enviado para o Funchal e para “embarque”. Referindo-se as sementes¹¹ que produzia na fazenda, Maria rememora:

Sementes, vender de caminhão pra cidade. É, pro Funchal, muito pra embarque. A gente na fazenda, já punha elas em caixas de madeira, já pregava as caixas que essas iam pro embarque. Ia pra Inglaterra, pra França e assim pra aqueles países que não sei direito, mas eram aqueles países vizinhos e aqueles navios carregados (Maria, 2015, entrevista).

Sobre os gostos, sabores e práticas de alimentação, ressaltou-se que, de modo geral, comia-se muito peixe (carne era rara devido ao preço, e se consumia carne de porco em momentos especiais, como por ocasião do Natal, preparada em um molho de vinho e alho), semilha, batata-doce, milho¹² e pão de caco¹³.

A memória dos sabores da meninice se mantém presente, e os pratos da infância são inesquecíveis, “maravilhoso tesouro dos sabores da infância, sabores da felicidade perdida, doces sabores do passado” (Certeau, 1998, p. 255), que, apesar dos anos, impregnam os corredores das reminiscências, constituindo a dita “cozinha da memória” (Hervé, 2006).

Enquanto construção cultural e histórica, o gosto é resultado de uma educação culinária que se inscreve na

¹¹ Na Madeira, a palavra batata designa a batata-doce, e a batata é chamada de semilha.

¹² Nome da polenta na Madeira.

¹³ Tipo de pão cozido no forno a lenha em uma pedra redonda.

educação geral, cabendo destacar o papel feminino na transmissão dos hábitos e na formação do paladar, introduzidos na infância pela mãe ou por quem prepara os alimentos. Relata Clara, rememorando as práticas maternas:

Cozinhas o bacalhau com semilhas e depois fritava o bacalhau e fazia um molho gostoso, Nossa Senhora, todo mundo ficava satisfeito com aquilo lá. Eu gosto muito de semilha, até hoje eu gosto. Cozinhas numa panela grande de ferro. Era fogo a lenha. Que delícia aquilo lá, que o bacalhau depois fritava aquele pedaço de bacalhau. Meu pai ia no Funchal, comprava o bacalhau no Funchal, era mais barato e tinha mais aquelas postas grandes de bacalhau... Espada também, mas só quando ia no Funchal, que lá na Camacha era difícil, às vezes vinham alguns peixeiros vender, mas era difícil, era só quando ia no Funchal, comprava. A espada também era muito gostoso, nossa! Era aquela espada grandona, né. E atum? Atum também. Também tinha carne de porco, bastante carne de porco, meu pai matava. Fazia ela carne de vinho e alho, depois punha as batatas, fui naquela água molhar o pão, era uma delícia (Clara, 2015, entrevista).

As reminiscências da comida feita pela mãe também se mantêm vivas no depoimento de Rita, que nostálgicamente relata:

Ab, ela fazia muito milho com peixe. Atum, espada preta, era o que a gente comia, que eu gostava também era mais coisa de peixe. Carne acho que só fazia assim mais vinha d'alhos, eu gostava mais do peixe. Entendeu? E era milho, arroz, batatas cozidas, era comida que usava mais naquela época, né (Rita, 2015, entrevista).

Ademais, fazia-se vinho para o consumo doméstico, tanto de maçã (como o pai de Clara) como de uvas (como os familiares de Maria). Preparavam-se também licores, especialmente para dias de festa, como o Natal. Rita narrou que para o Natal a mãe fazia licor: “Era de anis, de laranja, mexerica, tangerina, né? Tangerina e... acho que era só. Essas três que ela fazia assim mais” (Rita, 2015, entrevista).

Nas memórias também emergem momentos de ruptura do cotidiano – as festas. Nas festividades religiosas, na freguesia de origem ou nas vizinhas, o sagrado (missa, sermão, procissão) e o profano se interpenetravam (música e dança, bebida e comida); para essas ocasiões eram preparados pratos especiais, ainda presentes nas memórias afetivas:

[...] carne de vaca, a gente comia na festa de Santana porque o dinheiro era pouco e esse dia era um dia de festa e era carne de vaca. À noite tinha a festa de Santana, tinha o arraial à noite. Então, a gente ia na novena, tinha música, tinha bailinhos, tinha espetada para quem tinha dinheiro. A espetada era de carne de vaca. Uma vez fomos na festa à noite, compramos uma tubaína pra tomar. Aqui é tubaína, lá era, não sei como que, Brisa parece. No dia da festa, iam muitas excursões da ilha. Enchia, aquilo ficava cheio de ônibus. Aí tinha a festa, tinha o sermão, tinha a procissão (Maria, 2015, entrevista).

Nesses momentos celebrativos eram postas à mesa pratos mais elaborados, receitas especiais, longas e trabalhosas. Natal, Dia de Reis, Páscoa, Festas dos Santos de devoção ou do padroeiro da região se tornaram momentos de reunir parentes, receber amigos, visitar uns aos outros e celebrar à mesa.

No Natal tinha aquele costume de bolo de mel, licorziinho, né? Pras festas de, de Natal, dos Reis. No começo de dezembro, ela já fazia aquelas garrafas todas de licor, né, e bolo, ela fazia assim, antes do Natal e depois do Natal pros Reis, né, então ela fazia aqueles bolos, aquelas broas, colocava naquelas latas grandes que era pra elas não ficar, pra ficar conservado, né. E aí, fazia aquela mesa assim cheia de doces, de licor pro pessoal na hora, no dia que vinha fazer a festa do Divino, né? O Espírito Santo, acho que é (Rita, 2015, entrevista).

O cotidiano feminino envolvia uma jornada intensa; além das lides no campo, as mulheres ocupavam-se dos afazeres de casa (cozinhar, lavar, passar, cuidar das crianças), cuidavam da propriedade (incluindo a horta, pomar e a criação) e ainda reservavam um tempo para bordar: “bordava e fazia a vida de casa” (Clara, 2015).

As mulheres da Madeira sempre bordaram para compor o próprio enxoval ou para presentear parentes e amigos; assim, desenvolveram habilidades com o bordado, que gradativamente se transformou numa possibilidade de ganho (Vieira, 1999). Com a crescente presença de estrangeiros na Madeira, o bordado começou a ser vendido, seja no porto ou nos locais (casas e quintas) onde eles se alojavam.

A partir da última década do século XIX, a qualidade do trabalho de agulha das madeirenses adquiriu reconhecimento, e firmas estrangeiras se interessaram pela exportação deste produto, no início para a Inglaterra e Alemanha, e posteriormente para outras regiões como Itália, Estados Unidos, América do Sul e Austrália. Com o crescimento destes mercados, os bordados foram valori-

zados e passaram a desempenhar um papel preponderante na vida econômica da Ilha, tornando-se uma possibilidade de complementar a renda familiar. Deste modo, fizeram-se mais presentes no cotidiano feminino madeirense, chegando a empregar cerca de um terço da população da Ilha (apesar de enfrentar momentos difíceis como durante a crise de 1929).

As três madeirenses testemunharam que as meninas começavam cedo a aprendizagem do bordado ao lado das mães e avós.

Quando tava na escola, é minha mãe é que me ensinava a bordar. E a gente levantava cedo pra bordar porque meu pai tinha muita fazenda e a gente tinha que ir na fazenda ajudar a trabalhar. E então levantava cedo para começar a bordar para adiantar o serviço (Clara, 2015, entrevista).

Ensinou quando, devia ser criança já. Punha a agulha na mão e o dedal (Maria, 2015, entrevista).

Mesmo com o avanço da atividade em maior escala, os trabalhos de agulha eram tradicionalmente realizados no domicílio das bordadeiras. Nas oficinas, os tecidos eram cortados, os desenhos eram selecionados e riscados, escolhiam-se linhas de qualidade, podendo ser de cores variadas ou brancas. As bordadeiras recebiam em casa as peças (já riscadas) e as linhas; muitas vezes era uma intermediária (entre as oficinas e as bordadeiras) que buscava o trabalho e o distribuía (podia ganhar ou não por esta função). A bordadeira tinha de garantir a qualidade do serviço, entregar as peças em ordem e no prazo definido, e, posteriormente, recebia o pagamento. As depoentes lembraram deste processo na Madeira:

Era uma cunhada minha que dava o bordado. Ela ia no Funchal, tinha uma senhora lá que dava os bordados e a gente bordava. Era tudo do Funchal e era linha boa, linha de bordado boa, nossa! No Funchal e onde estrangeiros iam lá buscar os bordados que o bordado da ilha da Madeira era muito famoso, nossa, famoso era, nossa senhora (Clara, 2015, entrevista).

A gente pegava o bordado e bordava. A gente trabalhava na fazenda e à noite, lavar as mãos bem lavadas e bordava até meia-noite. A linha, tinha as agências que a gente chamava. Tinha a Mariazinha Freitas que dava o bordado. Era tipo uma agência do Funchal. Enviava os bordados para ela e ela distribuía pelas bordadeiras. Aí vinha o bordado pronto, ela trazia o dinheiro e ela pagava (Maria, 2015, entrevista).

Bordavam-se peças pequenas e grandes, toalhas de mesa e de banquetes, toalhinhas de centro, jogos de cama e enxovais para crianças. Os produtos eram de categoria, exigindo tecidos finos (linhos e percais) e linhas de qualidade para corresponder ao gosto sofisticado dos consumidores, e envolviam um conhecimento técnico com pontos e tipos de bordado diferenciados (pontos ajour, Paris, sombra, cheio, vazado, rococó, matiz, russo, cadeia, corrente, correntina, bolinha, crivo, richelieu, entre vários outros).

Os diferentes tipos de bordados requeriam cuidados especiais. Depois de prontos, eles eram lavados (para retirar as marcas do risco e qualquer tipo de manchas), cuidadosamente, passados e engomados (usava-se goma dura para as toalhas e caminhos de mesa, em geral bordadas em linho mais grosso, e goma leve para os lençóis, roupas de bebê e criança). Estas atividades exigiam das mulheres conhecimento prévio e habilidades na função de lavar, engomar e passar.

Contudo, os ganhos obtidos com estas atividades eram muito reduzidos, e o dinheiro “sempre foi pouco”, no dizer de Rita. A remuneração dos bordados era ínfima e por peça, estando vinculada à especificidade da mão de obra, à dispersão das bordadeiras e à sua sujeição aos valores impostos pelas oficinas e intermediários. As bordadeiras se submetiam a estas condições, porque bordar era praticamente a única possibilidade de um ganho extra e a atividade podia ser feita no domicílio, possibilitando-lhes concatenar o ritmo e tempo do trabalho doméstico na propriedade familiar com uma atividade remunerada e sem horário fixo. Segundo Maria, o dinheiro do bordado era “praticamente o único ganho, permitia ir comprando o enxoval. Comprando o que a gente não fazia em casa, tinha que comprar supunhamos os cobertores, lençol, fronha”.

Parte integrante do cotidiano das mulheres madeirenses, a prática de bordar podia se realizada nas chamadas “trepas”, quando as mulheres se juntavam para bordar e conversar; esses eram momentos de encontro e troca de informações, receitas e remédios, em que também transmitiam o ensinamento do bordado para as meninas. Os trabalhos de agulhas se tornaram tradições, que seriam reconstituídas no contexto da imigração.

Outra atividade madeirense lembrada pelas entrevistas era a produção de utensílios de vime que, inicialmente, eram utilizados como cestos agrícolas para as vindimas. Os principais centros de produção de artigos de vime localizavam-se nas freguesias de Boaventura e de Camacha. Assim como no caso do bordado, a presença dos estrangeiros na Ilha permitiu o incremento dessa função, que empregava tanto homens como mulheres. Até hoje, a maior parte dos utensílios de vime se destina à exportação, sendo bastante valorizados nos Estados Unidos, Canadá,

África do Sul, Itália, entre outros. Originária da freguesia da Camacha, Clara rememorou:

Lá a turma trabalhava muito na obra de vimes, fazia bastante serviço com a obra de vimes. Era a maior profissão boa. Ganhava bem. Fazia bancos, fazia mesas, fazia tudo, qualquer coisa lá, e vendia depois. Tinha gente que ia no Funchal vender (Clara, 2015, entrevista).

O trabalho na propriedade, somado às atividades domésticas, bordados e produção de vimes, deixava pouco tempo livre para o descanso e distrações. Marcados pelas tradições católicas, os madeirenses iam à missa aos domingos, momento de devoção e também de sociabilidade e lazer.

Outra forma de lazer que intermediava ações coletivas de trabalho ou quando podiam se reunir era o jogo de baralho, havendo referências ao jogo da bisca¹⁴:

Baralho era mais quando se trazia homens pra cavar, plantar semilha, plantar, semear trigo, coisa assim. Aí chegava a noite, o pessoal vinha pra casa, pra dentro de casa, jantava, limpava a mesa e jogava a bisca (Maria, 2015, entrevista).

A minha avó gostava de jogar uma bisca e ela ensinou a jogar bisca e jogar cassino. Aí, eu jogava com a minha avó e meus primos quando eles vinham em casa também (Rita, 2015, entrevista).

Os encontros com amigos da freguesia, parentes e familiares eram ocasiões de sociabilidade, marcadas pelas conversas e busca por notícias, momentos nos quais, não raras vezes, a temática da emigração era abordada. Ao vislumbrar o sonho da saída, o Brasil sempre se apresentou como uma possibilidade, como que “destino natural” por ser referência na imprensa, nas histórias contadas por parentes, amigos ou vizinhos e nas cartas que eram lidas e relidas em público. Maria relata que “nessa época as pessoas falavam que vinham pra aqui, uns falavam que era o cemitério dos portugueses. E outros vinham e tavam muito bem de vida. Então, ‘vamos à sorte’”.

A circulação do “mito da fortuna” (Pereira, 2002, p. 45-54) fácil no Brasil também incentivava as pessoas a embarcar. Clara contou que, “se falava de vir pro Brasil, ficava doido que queria embora pra cá, todo mundo queria vir pro Brasil porque ganhava bastante dinheiro”.

Geralmente, a partida era uma decisão familiar, que implicava planejamentos, projetos, discussões e poupanças.

As passagens eram pagas com dinheiro próprio, exigindo decisões difíceis, como a venda da casa ou da propriedade, pedir dinheiro emprestado e/ou planejar a poupança. Algumas vezes, contava-se com dinheiro enviado por pessoas já estabelecidas que chamavam parentes ou conterrâneos para tentar a “sorte” ou ajudar nos negócios. A apresentação de carta de chamada era exigência legal para a saída e também para a entrada no Brasil.

E aí, quando a minha tia veio para o Brasil e um tio casou, né? Aí o meu pai ficava com aluguer sozinho pra ele, era mais difícil. Ela chamou primeiro um irmão, né, um que morava com a gente, casou e veio pro Brasil e depois veio nós, eu, meu pai e minha mãe. Nós viemos em setembro e minha avó veio em janeiro pra frente, em 58, janeiro de 58 (Rita, 2015, entrevista).

O serviço militar constituía num outro motivo para as saídas, sendo considerado umas das causas da emigração clandestina dos jovens, desde o século XIX. Essa tendência se reforçou na segunda metade do século XX, frente ao receio do longo período de serviço militar (até quatro anos) realizado em África, onde os jovens podiam ser feridos ou mortos (Pereira, 2012, p. 191). No relato de Maria aparece bem a situação:

Nessa época, eles estavam indo pras Áfricas e tava morrendo muita gente. Eles pegavam a tropa e mandava pras Áfricas. E o meu pai, agora, tinha amizade com os filhos e não queria mandá-los pra guerra. Então, quando o Antonio tinha 16 anos, ainda podia sair. Saiu. Depois o Zé, quis sair também, mas já não dava mais pra vir pra aqui. Então ele foi pra Johannesburg, que era pra ver se de lá, se conseguia fugir. No dia que ele ia passar de Portugal pra Johannesburg nas Áfricas, era ele e um primo que tinha ido junto, a polícia pegou, mandou eles pra trás e ficaram um mês ou dois, os dois se virando em Portugal. Foram pegos uma segunda vez, e aí ficou preso três anos na cadeia, acho que foi isso. Depois foi servir o exército. Teve cinco anos no exército lá (Maria, 2015, entrevista).

O governo português sempre manteve uma posição ambígua em relação à emigração. Após a Segunda Guerra Mundial, prevendo a retomada das saídas, o governo promulgou novas medidas restritivas às partidas (Decreto-lei nº 36.199, 29/03/1947), que culminaram com a criação da Junta Nacional de Emigração para controlar esse processo (Decreto-Lei nº 36.558 de 28/10/1947). Entretanto, em abril de 1948 (Decreto-lei nº 36.819), as autoridades lusi-

¹⁴ Em Portugal, baralho faz referência ao jogo de carta, e a bisca e o cassino eram dois jogos que se jogavam com baralho.

tanias autorizaram a emigração de trabalhadores e famílias madeirenses, embora exigissem garantias de comprovação de trabalho no país de destino.¹⁵

Portanto, quem não estava submetido a restrições militares e de porte da carta de chamada podia se preparar para a viagem. Com exceção de Maria, que “trouxo dinheiro que, se fosse pra voltar pra trás, daria”, as outras venderam tudo que tinham na Madeira.

Saindo diretamente ou não da Madeira, as depoentes se lembram com detalhes da viagem, do dia da partida, da parada em Lisboa, do nome do navio, dos controles sanitários, do percurso em terceira classe.

Eu saí da Madeira e ficamos oito dias em Lisboa, a razão era que não tinha navio nesse dia, então eles passaram na Madeira, trouxeram o pessoal que tava pra vir pro Brasil, esperaram em Lisboa que juntasse todo o pessoal lá de Lisboa também e então pra vir no Eugenio C pra aqui, trazia aquele brinquinho, o meu marido tocava isso e eu tocava o rajão, e o pessoal se juntava e a gente ia se divertindo (Maria, 2015, entrevista).

O navio foi o Ana Sé, Ana Sé, é italiano, né. E levamos dez dias, direto. Ele vinha da Itália com passageiros. Eu sei que, naquela época que nós viemos, estava a gripe asiática. Entrava no navio, eles olhavam a febre, faziam um exame médico. Se a pessoa tivesse um estado febril, não embarcava. Tinha na entrada, eu lembro que a gente subiu a escada do navio e lá em cima na porta tinha um médico e enfermeira e eles anotando tudo, né, e aí como examinava todo mundo e se a família, um da família tivesse com problema de febre, estado febril, voltava (Rita, 2015, entrevista).

A chegada ao Brasil foi marcada por diversas impressões e emoções, felicidade de reencontrar o esposo à espera no porto (Clara, 2015, entrevista), surpresa em ver pela primeira vez um indivíduo “escuro” ou o impacto frente à cidade tão grande. Assim, Rita comentou que, ao chegar “no Rio, a maioria era tudo escuro, ficava ali no cais do porto, aquelas baianas bem negonas e aqueles tableiros então, eu me assustei né [...] Não, não nunca vimos escuros”.

Ab, eu achei tudo diferente. Nossa senhora! Eu pensava comigo assim: “Nunca vou saber sair de casa! Nunca vou sair”. O tanto é que os primeiros dias que tava aqui, minha mãe morava no Tremembé. Ela veio aqui falando: ‘Vamos comigo pra tu aprenderes o caminho’.

Aí, fui. Fui, voltei e: ‘Ah agora eu já sei ir sozinha!’ (Maria, 2015, entrevista).

Na busca por uma nova vida – São Paulo: desafios e memórias

Como sublinhado anteriormente, muitos madeirenses se instalaram na Zona Norte da cidade de São Paulo, nos bairros do Imirim e Tremembé, onde já tinham conhecidos. Na nova cidade, as redes de apoio foram essenciais para enfrentar as primeiras dificuldades; os recém-chegados contaram a ajuda da família ou de conterrâneos que os acolhiam, hospedando ou ajudando na procura de emprego.

Depois de um mês e pouco, como meu pai conseguiu um serviço, ele trouxe muita carta de recomendação lá da Madeira. Sócios do Clube Naval que tinham um parente no Rio de Janeiro indicando meu pai pra um serviço. Era garçom. Aí, ele foi trabalhar num restaurante na praça Mauá, frente ao cais do porto, num bar. Dois meses depois, chamaram ele pra trabalhar na confeitaria Colombo do Rio. Que era um amigo, um português, que ali os portugueses, todo o mundo se conhecia. Então, ‘olha veio um patrício de lá tal... fulano me indicou né’, aí foi, ele foi trabalhar na confeitaria Colombo. Através desses portugueses, chamou os meus pais pra ser caseiros, e morar na Casa da Madeira no Rio, que eles precisavam de um casal português pra trabalhar lá (Rita, 2015, entrevista).

A prática de chamar parentes e/ou conterrâneos para ajudar nos negócios e trabalhos domésticos se justificava por serem considerados trabalhadores e de confiança; contudo, essas ações podiam se transformar em exploração dos recém-chegados, de forma que paternalismo e exploração permearam essas relações (Matos, 2013). Este foi justamente o caso da Maria e sua família, que, ao chegar, foram cuidar de uma chácara em Mairiporã. No contrato constava que “ganharia meio salário e a proprietária daria a comida”. Entretanto, descumprindo o acordado, a patroa quase não aparecia, tornando a situação precária frente à falta de comida:

E no Natal não tinha nada pra comer, nada! Só tinha pão velho com bolor e seco lá no forno. Pfff! Natal! Esse dia, eu chorei o dia inteiro e disse: ‘Nunca, nestes anos que eu tenho, nunca me faltou nada, dia de Natal nem dia nenhum, sempre tinha comida’. E o problema era

¹⁵ Sobre a política portuguesa de emigração, ver Pereira (2002), e sobre a Junta Nacional de Emigração, ver Santos (2014).

mais as crianças. Meu pai chegou lá: ‘Tê arruma que eu vou trazer um caminhão’. Ai viemos aqui, eu continuei bordando nas horas vagas (Maria, 2015, entrevista).

A estratégia de sobrevivência de Maria, assim, como de muitas madeirenses, foi retomar o bordado, inserindo-se numa rede. Rita também rememorou suas experiências com o bordado, no Rio de Janeiro (onde aprendeu a bordar) e em São Paulo:

No Rio de Janeiro: tinha uma senhora lá em Niterói que dava os bordados assim pra gente bordar. A gente ia até Niterói, pegava os bordados e vinha. Ai a minha vó bordava. Eu fazia assim um pontinho de corda, umas bolinhas assim, não era, não fazia muita coisa. Era lençóis, jogos de lençóis. Era linho daquele bem fininho e tinha percal. Ai, a minha tia me ensinou a fazer ponto Paris e eu fazia as bainhas, as bainhas dos lençóis. Pregava os forros também tudo a ponto Paris (Rita, 2015, entrevista).

Em São Paulo: as primas lá todas bordavam, foi indicando bordados. Pra essas lojas que tinha naquela época, deixa eu ver, tinha o Maison Blanche. Então tinha aquela, ah, fulana dona Maria dá bordados. Iam lá, pegavam os bordados, traziam pra casa, bordavam, depois iam entregar, recebia o dinheirinho, era assim, né. E a mulher fazia o resto. Depois ensinaram a minha mãe que aqui na avenida Tucuruvi tinha um senhor que tinha loja de bordados. Era um madeirense, ai eu não me lembro do nome dele (Rita, 2015, entrevista).

Apesar da origem rural da maioria dos madeirenses, no novo contexto muitos se dedicaram às atividades urbanas e comerciais. Com um pequeno capital trazido ou o dinheiro ganho no Brasil (fruto de muito trabalho e poupança familiar), instalaram pequenos negócios familiares. Procurando trabalhar com um custo operacional mínimo, aproveitavam o quarto da frente ou uma garagem das próprias casas para estabelecer pequenas vendas, quitandas, armazéns, botequins ou bares, nos quais as mulheres foram atuantes, trabalhando arduamente no balcão e na cozinha, preparando refeições e petiscos. Elas desempenhavam um papel ativo no cotidiano desses negócios e participavam das decisões.

No Jardim Tremembé, aí, na frente, em vez de fazer garagem, o meu pai fez um salão pra ele montar uma quitanda, naquela época falava quitanda, vendia tudo, arroz, feijão, pão, leite, café, tudo, vendia tudo ali...doces, tudo. A gente morava no sobrado e aí na frente era a loja, o bar do meu pai. Quer dizer, era

só um aluguel que pagava, né, tinha o bar, meu pai trabalhava em baixo e a gente morava em cima, então tava todo mundo ali unido, né. Servia lanches, minha mãe que fazia as coisas lá pra vitrina, era linguíça, bolinhos, peixes, é ela que fazia aquelas comidas todas pra vitrina, né. Gostavam, ‘vamos no bar do português’, era falado assim o bar do português (Rita, 2015, entrevista).

O cotidiano feminino implicava uma jornada árdua, envolvendo o trabalho na casa, no negócio, no balcão e, ainda, o bordado. No conjunto dessas ações as mulheres foram fundamentais para a sobrevivência e o sucesso da experiência de e/immigração. Clara rememorou que ajudava o marido, que tinha no bordado uma complementação da renda, apesar de ele ser mal remunerado.

Era jogo, eu gostava mais de fazer joginho do que toalha grande. Eu bordava lá de uma senhora em Santana, na rua Amaral Gama, é capaz que ela já faleceu, mas era uma senhora de idade. Bordei bastante tempo dela lá, ela que entregava o bordado lá pra fábrica (Clara, 2015, entrevista).

A experiência de Maria foi exemplar: depois de deixar a chácara em Mairiporã, dedicou-se ao bordado e, quando o pai e os irmãos compraram um bar, foi trabalhar na cozinha. Depois de muito empenho e poupança, ela comprou seu próprio negócio; como proprietária do seu bar, o cotidiano envolvia o trabalho no balcão e na cozinha, além das atividades na casa e os cuidados com os filhos:

Aí, o bar, eu comprei quando os meus irmãos venderam lá embaixo, em Santana. Ai, comprei ali junto com um dos meus irmãos. Depois ele faleceu. Eu tinha uma cozinheira porque não aguentava, tinha que trabalhar na frente, meu marido não sabia ler. Era eu e os filhos. Depois, a cozinheira ia embora e eu que cozinhava, e as crianças já tava crescendo, já sabia trabalhar na frente, e eu cozinhava e fazia tudo. Até hoje, graças a Deus, há 35 anos. [Falando dos filhos] A Isabela cuidava, Isabela era a mais velha, e depois eles iam se olhando uns nos outros. Eu deixava comida pronta. Fiz um forno, que até hoje tá aí embaixo, eu assava no domingo pra ter pão pra eles comerem a semana inteira. E fazia o almoço de manhã, as vezes fazia a janta pra ficar pro outro dia (Maria, 2015, entrevista).

As memórias do cotidiano árduo de muito trabalho e poupança em terras paulistas também se mantiveram no depoimento de Rita: “Só tinha o domingo pra fazer as coisas em casa. Então não tinha tempo para nada”.

Lina, uma das filhas da Maria, comentou sobre o trabalho da mãe, destacando os desafios enfrentados por ela:

Ah, hoje é tranquilo, mas a minha mãe sofria por ser mulher. Quando a minha mãe comprou o bar, os vizinhos tentaram comprar dela pra ela não ficar lá. Por ser mulher e ela era cabeça da família (Lina, 2015, entrevista).

Um dia chegou um cara lá já com o contrato feito que era pra eu assinar (Maria, 2015, entrevista).

Na busca por sonhos, essas mulheres atravessaram o Atlântico, e em São Paulo, como na Madeira, continuaram a trabalhar e investiram na educação dos filhos. Clara tem muito orgulho por ter um filho médico. A filha de Rita fez faculdade e é vice-diretora de uma escola pública; já o filho não quis estudar, mas herdou o bar, dando continuidade aos negócios da família. Apesar de terem trabalhado no bar junto com a mãe, os filhos da Maria se formaram na universidade, e hoje são fisioterapeuta, psicopedagoga, psicopatologista e professor. Ela destacou a estratégia que ajudou a custear os estudos dos filhos:

Depois que eu fiquei só lá no comércio, eu não tinha tempo pra nada e era eles na escola. Teve uma época que tinha três na faculdade e nessa época, é uma época que os telefones davam dinheiro. Nessa época, a gente comprava, depois alugava pra quem não tinha. Então, comprei três telefones pra eu pagar a faculdade, pra ir pagar os telefones tinha que apertar tudo canto, tudo o lado, mas consegui, graças a Deus (Maria, 2015, entrevista).

Um território madeirense em São Paulo: a Casa Ilha da Madeira

A chegada a um país estrangeiro implica estratégias de inserção, busca por convivências e reencontros com conterrâneos, ações constituídas em espaços religiosos, culturais, de lazer e desportivos. Pode, em algumas situações, conduzir à organização de associações, nas quais os e/immigrantes afirmam publicamente o seu pertencimento à comunidade.¹⁶

Deste modo, os e/immigrantes e seus descendentes se unem em torno de certos interesses, objetivos e sen-

timentos coletivos que reforçam a sensação de pertencimento, constituindo associações que se tornam território de relacionamento, reunião, convivência, aglutinação, manutenção e afirmação identitárias. Essas associações objetivam congregar, manter/reviver/inventar tradições, assumindo o papel de “lugares de memória” (Nora, 1993), propiciando, inclusive, oportunidades para a realização de eventos de conagração, festas de cunho social, atendendo expectativas culturais e recreativas (eventos de poesia, teatro, música/dança e gastronomia, incluindo os grupos folclóricos), além de várias outras manifestações que mantêm coesão social e diferenciação (Boschilia e Pereira, 2015). Desta forma, a prática associativa tornou-se instrumento importante na reconstituição de identidades, manutenção de laços, estabelecimento de redes e até resistência cultural. Nesta investigação merece destaque a Casa Ilha da Madeira de São Paulo.

Desde o início das entrevistas, quando rememoram a vida na Madeira, as três depoentes falaram do gosto que tinham de dançar, cantar ou tocar instrumentos; no Brasil, as três participaram do grupo folclórico da Casa Ilha da Madeira de São Paulo.

Rita explicou que seus pais foram caseiros da associação Casa Ilha da Madeira do Rio de Janeiro e que ela e a tia participavam do grupo folclórico, registro que ela preserva nas fotos.

Eu no começo, como era miudinha, magrinha, só carregava a bandeira, era porta-bandeira. Ai, com 12 anos, já tava com o corpo mais coisa e comecei a dançar. Eu aprendi a tocar acordeão, mas não participava do grupo, e gostava mais de dançar, tinha os instrumentos todos, as roupas típicas também, tinha tudo.

[Sobre a roupa]: Vinha da Madeira, vinha da Madeira.

[Sobre as festas]: Fazia, Nossa Senhora do Monte, Nossa Senhora de Fátima, São João, a festa junina, quase todo mês tinha assim. Eles faziam aqueles arraiais, né, tinha alguns portugueses do continente, porque tinha muitos grupos folclóricos lá, né, no Rio. Então, eles se confraternizavam. Vinha a Casa dos Açores, vinha a Casa de Trás-os-Montes (Rita, 2015, entrevista).

Além das referências às associações no Rio de Janeiro, Rita rememora a existência da associação de madeirenses desde junho de 1969, perto do Horto Florestal. Contudo, essa não foi a primeira tentativa. Já existia uma “Casa da ilha da Madeira em São Paulo”, cujo presidente

¹⁶ Da mesma forma que para outros grupos de imigrantes, o associativismo adquiriu importância para os portugueses (continentais e insulares), sendo que a prática associativa se tornou ação estratégica para se firmar frente a outros grupos e posicionar-se dentro do próprio grupo, além de ser elemento de sociabilidade e manutenção de tradições. Para o pesquisador, o estudo do associativismo permite recompor percursos e observar especificidades de diferentes regiões; deste modo, pode contribuir para ampliar a visibilidade de diferentes sujeitos históricos. Em 2010, foram identificadas 2.825 associações portuguesas no mundo, 255 delas localizadas no Brasil (Rocha-Trindade, 2010, p. 45).

era o senhor Agostinho Vicente Gouveia (*O Estado de S. Paulo*, 1957); quando ele soube que Rita tinha participado do grupo folclórico do Rio de Janeiro, foi pedir sua ajuda para montar um grupo:

O pessoal daqui da Casa da Madeira de São Paulo, que era o senhor Agostinho Gouveia que tinha uma casa, associação que era a própria agência, agência Gouveia de Turismo que ele tinha no Centro da cidade, e lá ele tinha a coisa do clube da Casa Ilha da Madeira. Eles não tinham sede própria, ele praticamente era o presidente, ele que organizava tudo, né, era escritório, eles estavam tentando montar uma Casa da Madeira aqui em São Paulo.

Aí, depois pegaram emprestado um salão na avenida São João que era do clube português pra ensaiar toda semana, né. Aí, o senhor Gouveia falou assim, 'então vamos'. Era, por exemplo, dez meninas, né, e dez rapazes fora o grupo, o pessoal que tocava. Aí ele foi, comprou tecido e a minha mãe fez as roupas, eu tinha trazido a minha roupa do Rio. Meu traje típico eu trouxe do Rio. Então por aquela dali minha mãe fez as outras, entendeu? Aí, montou o grupo bonito, a gente se apresentou em vários lugares, na Casa de Portugal, na represa Billings, teve uma festa na associação, teve duas festas de lusos brasileiros no Ibirapuera, quando Amália Rodrigues veio aqui ao Brasil. Depois eu não sei se ele ficou doente, ele se afastou, né, aí surgiu um grupo folclórico no bairro do Imirim e o nosso grupo acabou, entendeu? Foi outra turma, do bairro do Imirim que, aí, ficou pertencendo à Igreja de Nossa Senhora de Fátima do Imirim. É aquele grupo ali é que começou (Rita, 2015, entrevista).

Atualmente, a Casa Ilha da Madeira está localizada na rua Parada Pinto perto do Horto Florestal. As três depoentes participaram ou ainda participam do grupo folclórico, considerando essa atividade importante para a manutenção das tradições. Clara, questionada se frequentava a associação, respondeu: “Sou de lá, sou de lá, da Casa Ilha da Madeira. Quando tem festa, eu vou”. Sobre o papel desempenhado no grupo, ela afirmou: “Sou a bordadeira! Eu sento lá, tem uma outra senhora também de idade, eles põem duas cadeiras e a gente senta naquelas cadeiras e fica bordando. É só pra enganar o povo, né”.

Para essas madeirenses, a presença na Casa Ilha da Madeira foi e ainda é uma história de família, possibilitando momentos de sociabilidade e a participação nos grupos

folclóricos.¹⁷ Esses grupos abarcam várias gerações que partilham experiências culturais (Santos, 2010). Assim, o filho médico de Clara é casado com a coordenadora do grupo infante-juvenil (ela também filha de imigrantes madeirenses), e todos os filhos do casal participam do grupo. Também rememora Maria

Quando veio pra ali na Parada Pinto, eu ia lá, a gente ia a pé daqui. Eu com as crianças, os meus pais que eles gostavam de ir. Aí fui a Portugal [à Madeira] com Analita que tinha 7 anos. Aí, ela viu o grupo, gostou e quis entrar. Ela entrou e eu entrei. A Lina também esteve no grupo. A Márcia, a minha neta, o Renato, meu neto, a Estefani, minha neta, a Carol, a Ligia, a minha sobrinha (Maria, 2015, entrevista).

Todas se empenham em transmitir a cultura madeirense às novas gerações, valores que estimam ser importantes, como de trabalho e honestidade, e também as tradições musicais e culinárias.

Ensinou a comida, ela ensinou a cultura, música, ela ensinou letras de música. Eu, depois de estudar eu vi que ela fez um trabalho pedagógico com a gente, é trabalho de fôlego, trabalho pedagógico, ela ensinava as musiquinhas, coisas que se vai aprender na faculdade pra trabalhar desenvolvimento infantil, e ela fazia tudo isso sem conhecimento que isso era técnico (Lina, filha de Maria, 2015, entrevista).

Na experiência de deslocamento, a alimentação é o último costume abandonado; transferem-se para outros países as tradições culinárias, gostos e hábitos enraizados. Mesmo frente ao distanciamento do ambiente familiar, a cozinha é depositária e transmissora de hábitos que dificilmente se apagam, tornando-se, além de reveladora do grupo que emigra, um elo entre o imigrante e as suas origens, tão importante como o idioma falado porque identifica e propicia o reconhecimento das pessoas do mesmo grupo, sendo portátil no processo de deslocamento. Rita disse: “Cozinho as comidas de lá, é. Caldo verde, cozido português, o milho, o peixe. A semana passada eu fiz fubá com peixe, aqui a gente chama fubá, mas é o milho, né. Eu faço, eu gosto das comidas de lá”.

Apesar de muito tempo ter se passado, todas já tiveram oportunidade de voltar à Madeira e se empenharam em levar os filhos e netos. Maria, que ainda tem casa na Ilha, viaja todo ano e traz utensílios para o grupo, como, por exemplo: o caco, a pedra na qual se cozinha,

¹⁷ Os grupos folclóricos são constituídos por pessoas que se empenham em executar músicas tradicionais, praticar folguedos e danças folclóricas; comungam ideais de divulgar aspectos culturais, preservar a memória e as tradições dos imigrantes (Boschilia e Pereira, 2015).

o pão chamado bolo do caco. Ademais, quando o grupo folclórico se apresenta, ela se torna narradora, contando histórias de feitiças, cantando músicas, ensinando jogos e brincadeiras infantis da Madeira; assim, reconstrói memórias e tradições da terra natal.

Rita, além das lembranças, guardou muitos documentos, fotos do grupo folclórico do Rio de Janeiro e de São Paulo, a carta de sócio do pai, passaportes dos familiares (pai, mãe, avó) e as passagens no navio italiano, tornando-se também uma “guardiã das tradições”, do acervo e das memórias afetivas da família.

Algumas considerações finais

Apesar do tempo transcorrido desde sua chegada a São Paulo, todas essas madeirenses já tiveram oportunidade de voltar à terra natal e se empenharam em levar filhos e netos. Maria, que ainda mantém sua casa na Ilha, viaja todos os anos, operando como uma mediadora cultural, trazendo notícias, objetos, utensílios, trajes e instrumentos musicais. Quando o grupo folclórico se apresenta, ela atua como narradora, conta histórias, canta músicas, ensina jogos e brincadeiras, buscando, desta forma, manter as tradições da Madeira.

Rita, além das lembranças, guardou muitos documentos, fotos do grupo folclórico do Rio de Janeiro e de São Paulo, a carta de sócio do pai, passaportes dos familiares (pai, mãe, avó) e as passagens, tornando-se a “guardiã das tradições”, do acervo e das memórias afetivas da família.

Todas as depoentes não se naturalizaram, mantendo-se portuguesas; entretanto, reconhecem o Brasil como o lugar no qual construíram suas vidas e onde elas e os filhos tiveram chances. Sobre um retorno definitivo para a Madeira, disseram:

Não, nunca mais tive vontade de ir pra lá. Brasil é muito querido (Clara, 2015, entrevista).

Eu não quero voltar pra... de vez pra lá, entendeu? Que tem as minhas raízes aqui (Rita, 2015, entrevista).

Não, não eu quero voltar, mas ir e voltar pra cá, só a passeio (Maria, 2015, entrevista).

Ao seu modo, todas procuram manter as tradições madeirenses, seja através da inserção na associação, ou das práticas culturais, culinárias e religiosas. Nas casas encontram-se expostas na sala “reliquias afetivas” que incluem imagens de devoção (Nossa Senhora de Fátima, Espírito Santo, entre outras), móveis, objetos, fotos, elementos decorativos e bordados. Na organização da casa, cozinha e quintal (parreira, pequena horta e flores no jardim)

reinventam tradições da terra natal com desejo de recriar, no Imirim Paulista, uma “Pequena Madeira”, aspirando superar as emoções de não se sentir nem lá nem cá (Pollack, 1992; Hobsbawm e Ranger, 1984).

As conversas com Clara, Rita e Maria permitiram recompor trajetórias migratórias e dar visibilidade às experiências femininas. Possibilitaram rememorar a sociedade de partida, os desafios da nova vida na sociedade de acolhimento, o cotidiano envolto no trabalho árduo, as estratégias de sobrevivência, a vida simples e econômica, a busca por assegurar um futuro melhor para os filhos. Pode-se perceber que, dos dois lados do Atlântico, o papel das mulheres foi fundamental. Elas se dedicaram aos negócios familiares, trabalharam na casa e com os bordados. Sem elas as famílias não teriam tido os cuidados cotidianos (alimentação, limpeza, atenção com a saúde e educação) nem o sucesso sonhado no projeto de deslocamento.

Referências

- ALBERTI, V. 2003. O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral. In: Encontro de História Oral do Nordeste “espaço, memória e narrativa”, 4, Campina Grande, 2003. *Anais...* Campina Grande, Universidade Federal de Campina Grande, p. 1467-1471. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6697>. Acesso em: 30/07/2016.
- ALBERTI, V. 2005. Histórias dentro da história. In: C.B. PINSKY (org.), *Fontes históricas*. São Paulo, Contexto, p. 155-202.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. (coord.). 2005. *Usos & Abusos da história oral*. 7ª ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 277 p.
- ANGELO, E.R.B. 2015. *Trajetória dos imigrantes açorianos em São Paulo: Processos de formação, transformação e as ressignificações culturais*. São Paulo, Paco Editorial, 424 p.
- BAGANHA, M.I. 2009. Migração transatlântica: uma síntese histórica. In: J.V. SERRÃO; M.A. PINHEIRO; M. FERREIRA (ed.), *Desenvolvimento econômico e mudança social: Portugal nos últimos dois séculos – Homenagem a Miriam Halpern Pereira*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, p. 405-422.
- BOSCHILIA, E.C.; PEREIRA, M.J. 2015. *Grupos folclóricos: elementos de identidade étnica: o grupo Os Lusíadas do Centro Português de Maringá*. Maringá, Edição do Autor, 194 p.
- BOSI, E. 1979. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo, T.A. Queiroz, 402 p.
- CARDOSO, A. 1968. *Fenômeno econômico-social da emigração madeirense*. Funchal, Ed. da Junta Geral do Funchal, 43 p.
- CERTEAU, M. 1998. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis, Ed. Vozes, 350 p.
- CORTE, A. 2002. *A imigração madeirense em Niterói, 1930-1990: Um estudo de caso*. Niterói, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 400 p.
- CORTI, P. 2007. *Storia delle migrazioni internazionali*. Roma, Editori Laterza, 162 p.
- DEVOTO, F.J. 1988. Las cadenas migratorias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, 8:103-123.

- FERREIRA, D. 2010. A emigração do norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1918-1931). In: M.N. SARGES *et al.* (org.), *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém, Editora Paka-Tatu, p. 145-160.
- FREITAS, N. de. 2014. *Des vignes aux cafèiers: Étude socio-économique et statistique sur l'émigration de l'archipel de Madère vers São Paulo à la fin du XIX^e siècle*. Funchal, Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transporte, CEHA, Coleção Teses 14, 633 p.
- FREITAS, S.M. 2006. *Presença portuguesa em São Paulo*. São Paulo, Imprensa Oficial, 296 p.
- HALBWACHS, M. 2002. *La mémoire collective*. Édition critique établie par Gérard Namer. Paris, Albin Michel, 295 p.
- HERVÉ, T. 2006. *Traité élémentaire de cuisine*. Paris, Éditions Belin, 237 p.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (org.). 1984. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 316 p.
- HOERDER, D.; KAUR, A. 2013. *Proletarian and Gendered Mass Migrations: A Global Perspective on Continuities and Discontinuities from the 19th to the 21st Centuries*. Leiden, Brill, 584 p.
- LANG, A.B.S.G.; CAMPOS, M.C.S.; DEMARTINI, Z.B.F. 1998. *História oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU*. São Paulo, Humanitas, 34 p.
- LEITE, J. 2001. Migratory Regions in the Portuguese Mainland and the Islands, 1864-1911. In: A. VIEIRA (coord.), *Imigração e Emigração nas Ilhas*. Funchal, CEHA, p. 173-190.
- LEITE, J.; CÂMARA, B. 2010. O recrutamento militar e a emigração madeirense nos finais do século XIX. *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, Funchal, CEHA, 2:06-112.
- LEVY, M.S.F. 1974. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista Saúde Pública*, 8(supl.):49-90.
<https://doi.org/10.1590/S0034-89101974000500003>
- MATOS, M.I.S. 2002. *Cotidiano e cultura, cidade e trabalho*. São Paulo, EDUC, 206 p.
- MATOS, M.I.S. 2009. Além-mar: entre o lar e o balcão: Portugueses em São Paulo. *Revista Cordis, Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, 2:1-18. Disponível em: http://www4.pucsp.br/revistacordis/downloads/numero2/artigos/revista_cordis2_maria_izilda.pdf. Acesso em: 30/06/2016.
- MATOS, M.I.S. 2013. *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano SP séculos XIX e XX*. Bauru, EDUSC, 282 p.
- MATOS, M.I.S.; ANGELO, E.R.B. 2008. Imigrantes açorianos em São Paulo, tempos, tradições e transformações. In: M.I.S. MATOS *et al.* (org.), *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru, São Paulo, EDUC, p. 259-271.
- MATOS, P.L.; SILVEIRA E SOUSA, P. 2008. População e movimentos migratórios: A atracção pelo Brasil (1766-1836). In: A.T. MATOS; A.F. MENESES; J.G.R. LEITE (dir.), *História dos Açores*. Angra, Instituto Açoriano de Cultura, vol. 1, p. 535-577.
- NOGUEIRA, A.M.M. 2001. Narrativa épica e constituição de identidades sociais. *História e Qualidade*, 22:173-198.
- NORA, P. 1993. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10:7-28.
- OLIVEIRA, I. 2013. O arquipélago da Madeira: dinâmica demográfica de 1890 a 2011. In: P.L. MATOS; C. SANTOS (org.), *A demografia das sociedades insulares portuguesas: Séculos XV a XXI*. Porto, CITCEM, p. 105-135.
- PEREIRA, M.H. 2002. *A política portuguesa de emigração 1850-1930*. Bauru/São Paulo, EDUSC, 387 p.
- PEREIRA, V. 2012. *La dictature de Salazar face à l'émigration: L'État portugais et ses migrants en France (1957-1974)*. Paris, Presses de sciences Po, 450 p.
- POLLACK, M. 1989. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3):3-15.
- POLLACK, M. 1992. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10):200-212.
- PORTELLI, A. 1997. Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, 15:13-49.
- PORTELLI, A. 2004. O momento da minha vida: Funções do tempo na História Oral. In: D. R. FENELON *et al.* (org.), *Muitas Memórias Outras Histórias*. São Paulo, Olho D'Água, p. 292-313.
- RIBEIRO, Orlando. 1985. *A Ilha da Madeira até meados do século XX*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua portuguesa, 138 p.
- ROCHA-TRINDADE, M.B. 2010. Associativismo em contexto migratório. *Revista Migrações*, 6:39-58.
- RODRIGUES, J.D.; ROCHA, G. 2008. A emigração açoriana para o Brasil: ritmos e destinos. In: M.I.S. MATOS SOUSA *et al.* (org.), *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru, São Paulo, EDUSC, p. 245-258.
- SANTOS, I. 2010. *Les 'brumes de la mémoire': Expérience migratoire et quête identitaire de descendants de Portugais de France*. Paris, França. Tese de doutorado. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 499 p.
- SANTOS, I.S. 2014. *A Junta Nacional de Emigração e a Política de emigração no Estado Novo*. Lisboa, Portugal. Tese de doutorado. Universidade Nova de Lisboa, 347 p.
- SHARPE, P. 2001. Introduction: Gender and the Experience of Migration. In: P. SHARPE (ed.), *Women, Gender and Labour Migration: Historical and Cultural Perspective*. London, Routledge, p. 1-14.
- SILVA, B.A.P. 2007. Cartas de chamada: A emigração para o Brasil, no concelho de Sernancelhe (1900-1926). *População e Sociedade*, 14/15(Parte II):19-23.
- THOMPSON, A. 2002. Histórias comovedoras. História Oral e estudos de imigração. *Revista Brasileira de História: Viagens e Viajantes*, 22(44):341-364.
<https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000200005>
- TRUZZI, O. 2008. Redes em processos migratórios. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 20:199-218.
<https://doi.org/10.1590/S0103-20702008000100010>
- VIEIRA, A. 1990. Emigration from the Portuguese Islands in the Second Half of the Nineteenth Century: The Case of Madeira. In: D. HIGGS, *Portuguese Migration in Global Perspective*. Toronto, Multicultural History Society of Ontario, p. 42-58.
- VIEIRA, A. 1999. *O bordado da Madeira na história e quotidiano do arquipélago*. Funchal, CEHA. Disponível em: <http://fr.calameo.com/read/0000104921244b56ff0bc3>. Acesso em: 30/07/2016.
- VIEIRA, A. 2008. *Imigração e emigração na Madeira: bibliografia fundamental*. Funchal, CEHA-Biblioteca Digital. Disponível em: <http://www.madeira-edu.pt/Portals/3/CEHA/avieira/2008-a-v-ebiblo.pdf>. Acesso em: 10/06/2016.
- VILLAS BÔAS, M.X.; PADILLA, B. 2007. Rumo ao sul: emigrantes portugueses no sul do Brasil. *População e Sociedade*, 14/15(Parte II):115-129.

Fontes primárias

ANUÁRIO DEMOGRÁFICO. 1890. Ano de 1886. Lisboa, Imprensa Nacional.

- ARQUIVO DO ITAMARATY - RIO DE JANEIRO (AIRJ). 1953. Consulado do Brasil no Funchal. Relatório do ano de 1952. Do cônsul José Maria Reis Perdigão para João Neves da Fontoura, Ministro de Estado das Relações Exteriores, 31 de jan.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. 1911. Decreto brasileiro n° 9.081 de 03/11/1911. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9081-3-novembro-1911-523578-republicacao-102836-pe.html>. Acesso em: 03/07/2016.
- DECRETO-LEI n° 36.819 de 06/04/1948. In: *Diário do Governo*, I série, número 79, p. 265.
- MOVIMENTO DA POPULAÇÃO. 1890. Ano de 1887. Lisboa, Imprensa Nacional.
- MOVIMENTO DA POPULAÇÃO. 1892. Ano de 1888. Lisboa, Imprensa Nacional.
- MOVIMENTO DA POPULAÇÃO. 1892. Ano de 1889. Lisboa, Imprensa Nacional.
- MOVIMENTO DA POPULAÇÃO. 1893. Ano de 1890. Lisboa, Imprensa Nacional.
- MOVIMENTO DA POPULAÇÃO. 1898. Anos de 1891-1893. Lisboa, Imprensa Nacional.
- MOVIMENTO DA POPULAÇÃO. 1901. Anos de 1894-1896. Lisboa, Imprensa Nacional.
- MOVIMENTO DA POPULAÇÃO. 1904. Ano de 1901. Lisboa, Imprensa Nacional.
- O ESTADO DE S. PAULO. 1957. *Jornalista da Madeira*. São Paulo, 31 jan., p. 9.
- REMESSAS – REDE EMIGRAÇÃO. Decreto-Lei n° 36.199 de 29/03/1947. Disponível em: http://www.remessas.cepese.pt/remessas/mod/itsdatabase/view.php?n=2&cv=3&action=exec&filter_datafim=1969&filter_datainicio=1940&cadodb_next_page=2. Acesso em: 05/07/2016.
- REMESSAS – REDE EMIGRAÇÃO. Decreto-Lei n° 36.558 de 28/10/1947. Disponível em: http://www.remessas.cepese.pt/remessas/mod/itsdatabase/view.php?n=2&cv=3&action=exec&filter_datafim=1969&filter_datainicio=1940&cadodb_next_page=2. Acesso em: 05/07/2016.
- TRATADO DE AMIZADE E CONSULTA ENTRE O PORTUGAL E O BRASIL. 1953. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1953/b_50/at_download/arquivo. Acesso em: 26/06/2016.

Submetido: 22/08/2016

Aceito: 26/09/2017